

MENOS MARX, MAIS MISES: O PENSAMENTO LIBERAL-CONSERVADOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Amarildo Mendes Lemos¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar pressupostos filosóficos subjacentes à corrente liberal-conservadora presentes no debate político brasileiro que ganharam notoriedade ao longo e, sobretudo, depois das “jornadas de junho de 2013”. Para tanto, apresentaremos alguns pressupostos elementares do pensamento liberal-conservador presentes na obra de Friedrich August von Hayek e Ludwig Heinrich Edler von Mises e seus reflexos na sociedade brasileira. Salienta-se que, no contexto brasileiro, apesar da polissemia e do amplo debate que envolve liberalismo e neoliberalismo, existe uma agenda que unifica conservadores e liberais e que tem como cerne as chamadas ‘Reformas do Estado’ que incluem a trabalhista, a previdenciária, a fiscal e a tributária.

Palavras-chave: Liberal-conservadorismo; Liberalismo no Brasil; Reformas do Estado

Abstract: This article aims to analyze the philosophical assumptions underlying the current liberal-conservative present in the Brazilian political debate that gained notoriety throughout and, above all, after the “days of June 2013”. To do so, we will present some elementary assumptions of liberal-conservative thinking present in the work of Friedrich August von Hayek and Ludwig Heinrich Edler von Mises and his reflections on Brazilian society. I think that in the Brazilian context, despite the polysemy and the broad debate involving liberalism and neoliberalism, there is an agenda that unifies conservatives and liberals and that has as its core the so-called “State Reforms” that include labor, social security, fiscal and the tributary.

Keywords: Liberal-conservatism; Liberalism in Brazil; Reform of the State

1. Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES-Serra). E-mail: amarildo.lemos@ifes.edu.br

1. Apresentação

Segundo o plano de governo do presidente eleito no Brasil em 2018, Jair Messias Bolsonaro (PSL), “nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da nação e da família brasileira”.² É muito difícil a compreensão dessa estratégia das oligarquias de se unir aos marxistas para destruir os valores da nação e da família brasileira. O programa de governo veiculado nas eleições de 2018 por Jair Bolsonaro traz acusações diversas contra a esquerda e reúne duas preocupações centrais: a propriedade privada e a família. Tanto em relação à questão econômica como no que diz respeito à família, seu programa de governo assevera a não interferência do Estado como elemento fundamental de sua estratégia política. São essas duas preocupações centrais que permitem, ao nosso ver, reunir uma diversidade de pessoas, ligadas a grupos religiosos ou a setores patronais, em favor da eleição de Bolsonaro.

A defesa da propriedade privada e da livre iniciativa são elementos centrais do pensamento liberal. Assim, o problema da segurança patrimonial e do intervencionismo estatal na esfera econômica se apresentam como o cerne do programa de governo do presidente eleito em 2018 para governar o Brasil entre 2019 e 2022. Segundo esse programa, “as economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social.” Sem explicar como e a partir de quais dados, afirma ainda que “graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo. Mesmo assim, o Brasil *nunca* adotou em sua História Republicana os princípios liberais.” Em seguida parte para a explicação da crise e da solução para ela. “Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção. O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades.”³

A eleição de Bolsonaro significaria não só o fim da política do ‘toma lá, dá cá’, mas o momento em que as forças do mercado, sem os embargos do Estado, poderiam fazer do Brasil um país próspero com geração de renda, emprego e inclusão social. O anticomunismo embutido no programa de governo de Bolsonaro não é uma novidade da crítica liberal brasileira do terceiro milênio. A crença na existência de um mercado livre autorregulável data do século XVIII. Já o surgimento da chamada sociedade de mercado, caracterizada pelo descolamento do mercado das outras instituições sociais, quando os agentes econômicos se livraram da subordinação da autoridade social, data do século XIX. Contudo, com a crise de 1929, houve o fim da sociedade de mercado, ou

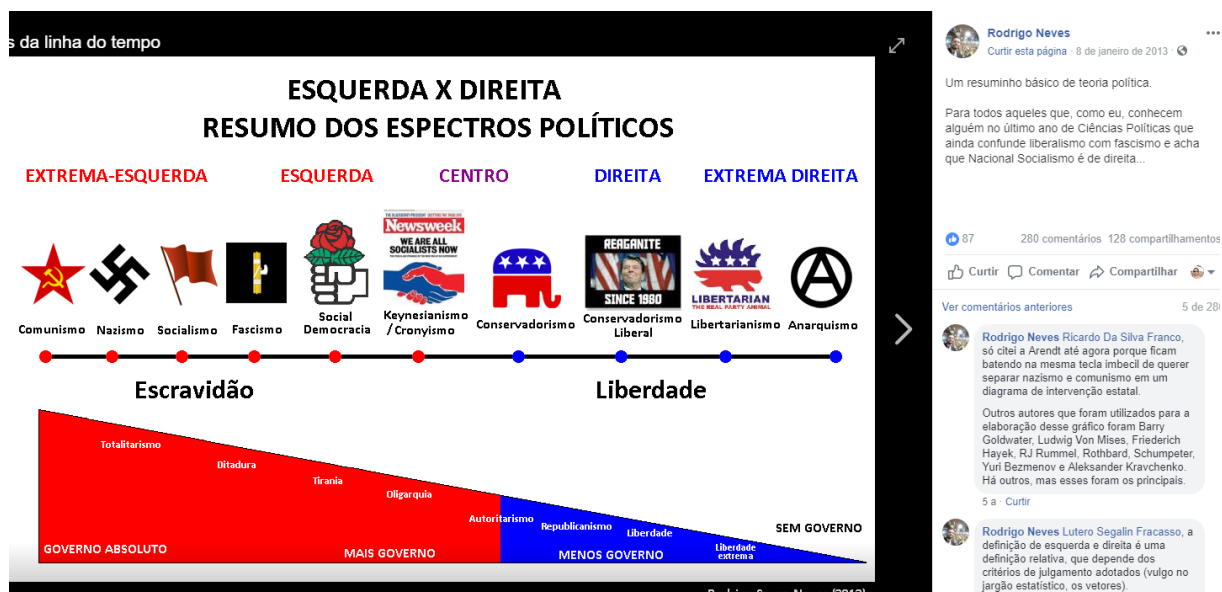
2. Todos os planos de governo encontram-se no site do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/arquivos/jair-bolsonaro-proposta-de-governo-1o-turno>. Acesso em: 03/03/2019.

3. *Ibidem*.

seja, os mercados continuaram em funcionamento, porém, deixaram de ser considerados uma instituição autorregulável. Ao mesmo tempo, a ameaça de fragmentação social transformou-se em grave questão política que ameaçou a liberdade e sepultou muitos regimes democráticos.

A emergência do fascismo na década de 1920 e a ascensão de regimes fascistas na década de 1930 geralmente aparece associada à uma negação completa da ortodoxia liberal. Mais do que isso, existe por parte da direita política uma negação de que o fascismo seja até uma ideologia política de direita. Segundo a visão defendida por alguns liberais, a definição de esquerda e direita teria como critério o grau de intervenção do Estado na economia. Assim, o fascismo seria caracterizado como uma ideologia de esquerda. Na página da internet do Instituto Liberal de São Paulo isso pode ser conferido em artigo com o seguinte título: *Fascismo, uma ideologia de esquerda originada do marxismo* (SANTOS, 2016). Essa mesma compreensão é a que o bacharel em História pela USP, Rodrigo Souza Neves, utilizou para formular o espectro político direita-esquerda (Figura 1). Para sustentar seu ponto de vista, o bacharel cita vários autores, dois dos quais discutiremos na primeira seção desse artigo.

Figura 1 – Definição liberal de Direita e Esquerda nas redes sociais



Fonte: <https://www.facebook.com/rodrigonevesusp/photos/a.441206882599088/457074464345663/?type=3&theater>, acesso em 10/03/2019.

Seguindo a lógica desse raciocínio, devemos caracterizar a Ditadura Militar como um regime político de esquerda. Não é nosso objetivo aqui encerrar o debate

sobre a definição ou a validade dos conceitos de esquerda e de direita. Partimos da conceituação feita por Norberto Bobbio (1995), para quem ambos conceitos possuem validade e o princípio da igualdade aparece como o principal diferenciador do que seria 'a esquerda' ou 'a direita' política.

Em nossa análise do contexto brasileiro, apesar da polissemia e do amplo debate que envolve liberalismo e neoliberalismo, percebemos que existe uma agenda que unifica conservadores e liberais e que tem como cerne as chamadas 'Reformas do Estado' que incluem a trabalhista, a previdenciária, a fiscal e a tributária. Nosso trabalho busca refletir sobre alguns conceitos recorrentes no atual debate político e analisar seus rebatimentos na organização do Estado e nas políticas públicas de uma forma geral. Analisaremos também alguns pressupostos filosóficos subjacentes à corrente liberal-conservadora e que desde as "jornadas de junho de 2013", a qual vem se apresentando para muitos como um programa adequado para eliminar a corrupção e dar mais eficiência aos serviços públicos devido ao suposto caráter puramente racional da ideologia liberal.

Na primeira parte, tratamos de alguns pressupostos elementares do pensamento liberal-conservador, especialmente o conceito de igualdade e a análise da relação entre política e economia, presentes na obra de Friedrich August von Hayek e de Ludwig Heinrich Edler von Mises, por serem alguns dos principais autores da corrente liberal-conservadora. Na segunda parte, identificaremos seus reflexos na sociedade brasileira tanto no que diz respeito às organizações da sociedade civil, às políticas públicas e à organização da esfera estatal.

126

2. Mercado e democracia liberal-conservadora: o que une a direita política?

Edmund Burke (1729-1797), em suas *Reflexões sobre a Revolução na França*, escrita como a resposta a uma carta e publicada em 1790, asseverou ao seu correspondente e aos seus leitores que o caráter da Revolução Francesa era bem distinto do que aconteceu no Reino Unido um século antes. Tratava-se de afirmar a tradição, de pegar em armas contra um rei que usurpava um poder que para os defensores do parlamento remontava à Magna Carta de 1215, um rei que havia quebrado o contrato original. A Revolução Inglesa, afirma Burke, trilhou outro caminho, a partir de outras concepções. Consolidou o poder do Parlamento, afastou o igualitarismo e, numa perspectiva de contrato, não entre indivíduos iguais e livres contidos no pensamento rousseauiano, mas a partir de um contrato entre mortos, vivos e aqueles que ainda viverão.

Começamos essa seção com o pensamento de Edmund Burke pois é considerado por muitos como um dos fundadores do pensamento conservador, juntamente com

o diplomata francês Joseph de Maistre (1753-1821) e Louis de Bonald (1754-1840). Enquanto esses últimos se filiam especificamente ao conservadorismo europeu de raízes católicas e de conexão com o Antigo Regime, o nome de Burke recebe mais apelo entre liberais. Tanto Hayek como Mises apresentam aspectos positivos desse pensador. Apesar das duras críticas ao conservadorismo feitas por Hayek, em seu texto intitulado *Porque não sou um conservador*, no qual arroga para si o título de liberal, ele diz o seguinte:

Esse temor em confiar em forças sociais incontroladas está intimamente ligado a duas outras características do conservadorismo: sua paixão pela autoridade e sua falta de compreensão das forças econômicas. Como não confia nem em teorias abstratas nem em princípios gerais, não compreende as forças espontâneas nas quais se baseia uma política de liberdade nem dispõe de bases para formular princípios de política de governo. Para os conservadores, a ordem aparece como o resultado da atenção contínua da autoridade, à qual, para tanto, se deve permitir tomar qualquer medida necessária em circunstâncias específicas, sem que se precise ater-se a uma norma rígida. A aceitação de princípios pressupõe uma compreensão das forças gerais que coordenam as ações humanas na sociedade; porém, é exatamente de tal teoria da sociedade e em especial da teoria do mecanismo econômico que o conservadorismo evidentemente carece. O conservadorismo foi completamente incapaz de elaborar um conceito geral sobre a maneira pela qual a ordem social consegue sustentar-se, e seus modernos defensores, ao tentar construir uma base teórica, quase sempre acabaram apelando quase exclusivamente para autores que se consideravam liberais. Macaulay, Tocqueville, Lord Acton e Lecky certamente se consideravam liberais e com justiça; e mesmo Edmund Burke permaneceu um *Whig* da velha guarda até o fim e estremeceu à simples idéia de ser considerado um *Tory* (HAYEK, s/d, p.4).

127

A tradição liberal nasceu no século XVIII, a partir de um discurso fundamentado nos ideais de liberdade e de igualdade que redundaram na *Declaração dos Direitos do Homem*, de 1789, rechaçada tanto por conservadores como por socialistas ao longo do século XIX. No entanto, a partir do pensamento de Ludwig von Mises, é possível reconhecer algumas aproximações com o conservadorismo, já que o mesmo afirma que a importância dos conservadores está em negar aquilo que seria a ilusão dos antigos liberais, a saber, a ideologia do progresso. A esse respeito, escreve Mises:

As massas, as legiões de homens comuns, não concebem ideias, sejam elas verdadeiras ou falsas. Apenas escolhem entre as ideologias elaboradas pelos líderes intelectuais da humanidade. Mas essa escolha é decisiva e determina o curso dos eventos. Se preferirem doutrinas falsas, nada poderá impedir o desastre. A filosofia social do Século das Luzes não se deu conta dos perigos que poderiam advir da prevalência de ideias falsas. As objeções habitualmente apresentadas contra o racionalismo dos economistas clássicos e dos pensadores utilitaristas são inconsistentes. Mas havia uma deficiência nas suas doutrinas: pressupunham ingenuamente que tudo quanto fosse lógico e razoável prevaleceria. Não chegaram a imaginar a possibilidade de a opinião pública apoiar ideias espúrias cuja aplicação viesse a ser danosa à prosperidade e ao bem-estar e a concorrer para a desagregação da cooperação social. Hoje em dia é

moda desmerecer aqueles pensadores que criticavam a fé que os filósofos liberais depositavam no homem comum. Apesar disso, foram pensadores como Burke e Haller, Bonald e de Maistre que chamaram atenção para o problema essencial que os liberais não haviam percebido. Foram eles que souberam avaliar o comportamento das massas mais realisticamente do que os seus adversários (2010^a, p. 97).

Da mesma forma que Hayek, o conservador Russell Kirk inclui também Edmund Burke como parte de sua tradição de pensamento. Kirk considera, mesmo com toda sua oposição ao libertarianismo, que este é um “espaço de recrutamento de jovens conservadores” (KIRKE, 2014). Diante disso, apesar de todas as idiosincrasias e do debate nominalista, vemos nas palavras de Kirk, uma genealogia do libertarianismo que traz uma síntese válida para o pensamento liberal-conservador: “os libertários são descendentes intelectuais dos antigos “liberais clássicos”; tomam o partido dos conservadores comuns contra a ameaça do despotismo democrático e do coletivismo econômico” (KIRKE, idem).

O pensamento liberal-conservador comporta, obviamente, particularismos e pontos de vista que se chocam em relação a diversos aspectos. Contudo, é possível perceber, sobretudo no terreno da prática política, a harmonização de um pensamento fundamentado na ideia da necessidade do Estado, da religião e da ordem com outro que arroga para si o fundamento da liberdade e da razão. O conservadorismo político do liberalismo relaciona-se diretamente com sua análise da relação entre economia e política.

A racionalidade do raciocínio dedutivo postula a virtude de sua visão de mundo com afirmações da correção da sua forma de compreender o papel das formas do mercado, em detrimento de todas as outras que fazem qualquer tipo de concessão à intervenção do estado na economia. Assim, para Mises, o papel da ciência consiste em reconhecer e afirmar as leis que regem as relações econômicas, ao passo que a história econômica, partindo da perspectiva histórica e do método indutivo, se apresenta como um amplo registro de políticas de governo que falharam pelo motivo de desrespeitarem as leis da economia. Segundo Mises:

O ponto de partida de todo raciocínio praxeológico e econômico, ou seja, a categoria ação humana, não dá margem a qualquer crítica ou objeção. Nenhum apelo a quaisquer considerações históricas ou empíricas pode invalidar a afirmativa segundo a qual os homens têm o propósito de atingir determinados fins. Nada que se possa dizer sobre irracionalidade, sobre os abismos insondáveis da alma humana, sobre a espontaneidade dos fenômenos vitais, sobre automatismos, reflexos ou tropismos, pode invalidar a afirmativa segundo a qual o homem usa sua razão para realizar seus desejos e aspirações. Tendo por princípio inabalável a categoria ação humana, a praxeologia e a economia progridem passo a passo por meio do raciocínio dedutivo. Definindo, com precisão, premissas e condições, constroem um sistema de conceitos e extraem por meio de raciocínio logicamente incontestável todas as conclusões

possíveis. Em relação às conclusões assim obtidas, só se podem admitir duas atitudes: ou se evidenciam erros lógicos na série de deduções que produziram as conclusões ou se deve reconhecer sua correção e validade (2010^a, p. 97).

Assim, todo e qualquer erro na condução de políticas públicas se deve não à incapacidade do mercado de produzir uma concorrência perfeita, ou da livre iniciativa e das forças do mercado de produzirem os melhores indicadores macro ou microeconômicos, mas ao fato de haver alguma intervenção mal pensada e, por isso, malsucedida da esfera política na esfera econômica. Para Mises, a perspectiva teleológica contida na ação humana que leva o homem a realizar seus desejos e aspirações é racional quando pensada na esfera econômica. Contudo, não entendemos como harmonizar o economicismo da Escola Austríaca, representada por Mises e Hayek, com o entendimento de que “as massas, as legiões de homens comuns, não concebem ideias, sejam elas verdadeiras ou falsas. Apenas escolhem entre as ideologias elaboradas pelos líderes intelectuais da humanidade” (MISES, 2010^a, 97).

Se por um lado, nas relações econômicas, o indivíduo consegue maximizar seus ganhos por ser um ator racional, na esfera política esse mesmo indivíduo faria escolhas de líderes sem que a mesma faculdade racional consiga discernir ideias falsas das verdadeiras. Por meio do mesmo raciocínio dedutivo, acreditamos que, para Mises, os indivíduos, apesar de conseguirem usar sua razão na realização de seus desejos e aspirações, são inaptos para a vida política, por não fazerem o uso correto de sua razão nas escolhas políticas. Na vida política o individualismo metodológico de Mises não enxerga indivíduos, mas a massa, a coletividade, entendida como uma legião de homens comuns.

A democracia, na visão política de Mises e Hayek, é um sistema político não inclusivo no contexto ocidental do século XXI. Hayek, nesse sentido, nega que o seu liberalismo seja o mesmo de seus contemporâneos, arroga para si o título de ‘velho Whig’ e relaciona sua identidade política com os intelectuais do século XIX, os quais tinham uma visão muito restrita da participação política. Hayek diferencia o conservadorismo dos EUA do conservadorismo da Europa, onde, segundo ele, “os conservadores já aceitaram em grande parte o credo coletivista”, enquanto que nos EUA, por ser considerado, de uma forma geral, um país que “tem instituições livres e onde, portanto, a defesa daquilo que existe é quase sempre a defesa da liberdade, talvez não seja prejudicial os defensores da liberdade se intitularem conservadores” (HAYEK, s/d, p.12). Hayek reforça ainda que:

Se uma geração socialista fez do whiguismo seu alvo principal, esta é mais uma razão para os adversários do socialismo defenderem esta denominação, hoje a única que

define corretamente os princípios dos liberais gladstonianos, dos homens da geração de Maitland, Acton e Bryce, a última geração cujo objetivo principal era a liberdade e não a igualdade ou a democracia (HAYEK, s/d, p.16).

O fundamento dos pensamentos de Mises e Hayek, em sua luta contra o socialismo e contra qualquer forma de coletivismo econômico, serve de base teórica para o liberal-conservadorismo brasileiro, em que diversas fundações educacionais, institutos liberais e *think tanks*, como o *Instituto Millenium*, se posicionam junto às entidades classistas ligadas ao setor financeiro e demais associações patronais na formação de uma hegemonia liberal. Este Instituto, lançado oficialmente em 2006 no Fórum da Liberdade, em Porto Alegre, apresenta-se como:

[...] uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o *think tank* promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo.⁴

130

O *Instituto Millenium* possui forte atuação junto à sociedade no sentido de promover o liberalismo econômico e se reconhece como uma *think tank*, definida como:

[...] uma instituição dedicada a produzir e difundir conhecimentos e estratégias sobre assuntos vitais – sejam eles políticos, econômicos ou científicos. Assuntos sobre os quais, nas suas instâncias habituais de elaboração (estados, associações de classe, empresas ou universidades), os cidadãos não encontram facilmente insumos para pensar a realidade de forma inovadora.⁵

A *think tank* aparece como um espaço privilegiado de veiculação da ideologia liberal e de mobilização política, já que há um limite institucional para esse tipo de ação em outros espaços. A estratégia liberal inclui ainda o revisionismo histórico que se apropria da postura de Mises de abandonar a díade direita-esquerda e colocar no lugar o antagonismo democracia-ditadura. Nessa tipificação, o sistema soviético passa a ser agrupado junto com o nazismo e o fascismo italiano. Segundo Mises:

4. Instituto Millenium. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 16 jul. 2018.

5. Instituto Millenium. **O que significa um *think tank* no Brasil de hoje**. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/artigos/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/>. Acesso em: 16 jul. 2018.

O regime político é dividido entre os partidos de esquerda (progressista) e os partidos de direita (fascistas). Entre os primeiros, encontram-se as democracias ocidentais, algumas ditaduras latino-americanas e o bolchevismo russo; o segundo compreende o fascismo italiano e o nazismo alemão. Esta tipificação é o resultado de um determinado modo de compreensão. Outro modo seria contrastar democracia e ditadura. Neste caso, o bolchevismo russo, o fascismo italiano, o nazismo alemão e a ditadura latina americana fariam parte do tipo ideal ditadura e os sistemas ocidentais pertenceriam ao tipo ideal democracia (2010^a, p. 91).

A premissa do mercado autorregulável é a base do pensamento liberal-conservador de Mises, para quem a economia é uma ciência de base puramente dedutiva. Por mais que a análise da estratégia de desenvolvimento dos países ricos por meio da perspectiva histórica demonstre que o mercado autorregulado é obra da segunda metade do século XIX e que já no começo do século XX deixou de ser adotado pelos governos dos países de ponta do capitalismo mundial, o raciocínio indutivo e o trabalho dos historiadores tradicionais segue desqualificado por economistas neoclássicos, como Mises e Hayek (prêmio Nobel de economia em 1974). É o que podemos averiguar nesse trecho da obra de Mises:

A praxeologia – portanto também a economia – é um sistema dedutivo. Sua força provém do ponto de partida de suas deduções, ou seja, de categoria ação humana. Nenhum teorema econômico, que não esteja consistentemente ligado a esta origem por uma irrefutável sequência lógica, pode ser considerado como válido. Qualquer afirmativa proclamada sem esta ligação é arbitrária e insustentável. Não é possível tratar qualquer parte da economia sem enquadrá-la numa teoria geral da ação. [...] Os historiadores costumam incorrer neste erro. São propensos a inventar teorias ad hoc. Chegam, às vezes, a esquecer de que é impossível inferir relações causais do estudo de fenômenos complexos. Sua pretensão de investigar a realidade sem qualquer referência ao que depreciativamente qualificam como ideias preconcebidas e inúteis. Na verdade, aplicam inadvertidamente doutrinas populares que há muito tempo já foram desmascaradas como falaciosas e contraditórias (2010^a, p. 98-99).

131

Como para Mises a economia é um raciocínio abstrato, como a lógica e a matemática, tudo que se encontra dentro da história do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho que não corresponde às premissas iniciais é incorreto, um desvio. Para Mises, “nenhuma análise de um momento da história econômica, ainda que de um período muito recente, por mais fiel que seja, pode substituir o raciocínio econômico” (2010^a, p. 982). Nessa perspectiva teórica, a economia não pode se valer da empiria e do método experimental e a história da humanidade se apresenta como um grande registro dos obstáculos contra os mais eficientes colocados para beneficiar os menos eficientes. Para o economista liberal:

Cada um dos passos rumo à intensificação da divisão do trabalho prejudica, no curto prazo, os interesses pessoais de alguns indivíduos. A expansão das fábricas mais eficientes prejudica os interesses de seus competidores menos eficientes, que são obrigados a fecharem suas portas. A inovação tecnológica prejudica os interesses dos trabalhadores que não mais podem viver apegando-se aos métodos inferiores que foram descartados. Os interesses de curto prazo das pequenas empresas e de trabalhadores ineficientes são afetados desfavoravelmente por qualquer tipo de melhoria. Este fenômeno não é novo. Tampouco é um fenômeno novo o fato de que aqueles que são prejudicados pelas melhorias econômicas exigem privilégios que os protejam da concorrência dos mais eficientes. A história da humanidade é um longo registro de obstáculos sendo colocados diante dos mais eficientes, para beneficiar os menos eficientes (MISES, 2014, p. 172-173).

Mesmo afirmando que os corolários políticos da economia de mercado fossem governo representativo, liberdade de pensamento, de expressão e de imprensa (MISES, 2014, 176), problemas concretos levaram muitos liberais a abandonar o liberalismo político para salvar seus interesses econômicos, materializados a partir do liberalismo econômico como fundamento da ação estatal. A história nos mostra ainda que os obstáculos a serem interpostos a partir da pressão dos competidores menos eficientes e por afrontar interesses de trabalhadores se relacionam diretamente com o fato do próprio governo representativo ter ampliado a quantidade de eleitores, uma consequência das lutas pelo sufrágio universal masculino na segunda metade do século XIX e das sufragistas no XX. Assim, as liberdades individuais e o governo representativo permitiram aos operários, condenados por darwinistas sociais, a exigir da esfera estatal o reconhecimento da existência da sociedade por meio de direitos trabalhistas e previdenciários.

132

A crença da classe trabalhadora de que o processo de ampliação do sufrágio permitiria que os partidos operários ganhassem cada vez mais o apoio das massas não levava em consideração que essas fossem apoiar governos cujas políticas estavam comprometidas, em primeiro lugar, com os proprietários de terras e com os industriais. Nesse sentido, Friedrich Engels, no prefácio da edição de 1895 da obra de Karl Marx, *A luta de classes na França*, afirmava que:

se a crescente votação socialista] continuar assim, ao final deste século, nós [os socialistas] teremos conquistado a maior parte dos estratos médios da sociedade, os pequeno-burgueses e os camponeses, transformando-nos na força decisiva do país. (...) Os conservadores já haviam percebido que a legalidade trabalhava contra eles. Ao contrário nós, sob essa legalidade, adquirimos músculos rijos, faces rosadas, e a aparência de vida eterna. A eles [os conservadores] nada resta a fazer senão encontrar eles também, brechas nessa legalidade (ENGELS, F. apud PAXTON, R., 2007, p.13).

As brechas na legalidade encontradas pelo setor liberal-conservador foram justamente aquelas que permitiram usar partidos políticos, a liberdade de expressão e o governo representativo para suprimir tudo isso, sacrificando o individualismo junto com

liberalismo político no altar dos chauvinistas, anticomunistas, que chegaram ao poder com o fascismo. Esse aspecto fica evidente nas pesquisas históricas que atestam que liberalismo e fascismo podem caminhar lado a lado. Fascismo e liberalismo econômico não são categorias de polos diametralmente opostos, como costuma ser entendido. O fascismo histórico não determinou historicamente a exclusão imediata dos liberais, nem das políticas econômicas de cunho liberal dentro de governos fascistas. Sobre essa questão da coalizão entre fascistas e liberais, Robert Paxton explica que:

A revolução de Mussolini após sua chegada ao poder foi mais gradual [que a dos nazistas], e a luta pela preponderância entre os três contendentes – o líder, os fanáticos do partido e o *estabilishment* conservador nunca ficou tão definitivamente resolvida quanto na Alemanha nazista. Durante quase dois anos, Mussolini, aparentemente conformou-se em governar como um primeiro-ministro comum num regime parlamentarista, em coalizão com nacionalistas, liberais e uns poucos *Popolari*. Seu governo seguia políticas conservadoras convencionais na maioria das áreas, tais como deflação e o equilíbrio orçamentário ortodoxos postos em prática pelo ministro das Finanças Alberto de Stefani. (2007, p. 183). [...] Tendo sido um jogador ousado durante a “tomada do poder”, [Mussolini] acabou se revelando um primeiro-ministro que preferia a estabilidade à aventura. Sua tendência à normalização, que se manifestou pela primeira vez em 1921, com a proposta de um pacto de pacificação com os socialistas, iria aumentar com a idade, tanto pela força das circunstâncias como também por predileção pessoal. [...], Mussolini, no decorrer dos dois primeiros anos depois de assumir o cargo em 1922, tentou conter o aventureirismo do partido e o poder rival dos *ras*, afirmando a primazia do Estado. Se recusou a por em xeque os amplos poderes da monarquia, da Igreja e de seus parceiros conservadores. Sua política econômica delimitou-se, naqueles primeiros anos, ao mesmo *laissez faire* dos regimes liberais. O primeiro de seus ministros das finanças (1922-1925) foi o professor de economia (e militante do partido) Alberto de Stefani, que reduziu a intervenção do estado na economia, cortou e simplificou os impostos, diminuiu as despesas públicas e equilibrou o orçamento. É bem verdade que De Stefani, comprometido não apenas com o livre comércio, mas também com o ideal fascista de estímulo à energia produtiva, enraiveceu alguns empresários ao cortar tarifas de importação, como, por exemplo, a que protegia a onerosa produção local de açúcar de beterraba. De modo geral, entretanto, mostrava “uma inconfundível tendência pró empresariado” (Ibid, p. 250).

[...] Não muito diferente de Mussolini em seu período *laissez-faire* com Alberto de Stefani, Hitler nomeou como seu primeiro-ministro das finanças o conservador Lutz Graf Schwering von Krosig. Durante algum tempo, o *Furer* deixou a política externa em mãos de diplomatas de carreira (com o aristocrata Constantin von Neurath como ministro das Relações Exteriores), e o exército nas mãos de soldados profissionais. Mas a tendência de Hitler a encolher o Estado normativo e a expandir o Estado prerrogativo era muito mais constante que a de Mussolini (Ibid, p. 254).

3. O novo já nasce velho: atores e temas da reforma do Estado defendida pela nova direita no Brasil

Enquanto na Itália fascista da década de 1920 os empresários reclamaram do corte de tarifas ao ministro liberal, no Brasil, após o golpe de 1964, a ortodoxia liberal

substituiu o trabalhismo de Jango, enquanto os militares acabavam com a democracia. Roberto Campos, reconhecido como um liberal-conservador, foi o maestro do *Programa de Ação Econômica* do governo de Castelo Branco entre 1964 e 1967, que por suas políticas austeras recebeu duras críticas, sobretudo de empresários paulistas que, segundo a tese do historiador Pedro Henrique Pereira Campos, *Estranhas catedrais* (2015), sustentaram a indicação de Delfim Netto como condutor da política econômica do governo militar. De acordo com Pedro Campos, o estado passou a promover diversas intervenções, como eliminar a concorrência estrangeira e financiar as obras levadas a cabo por empreiteiras como Odebrecht, Camargo Correia, Mendes Júnior e Andrade Gutierrez.

Os militares brasileiros mantiveram, entre 1964 e 1985, a classe trabalhadora sob repressão política – com supressão da liberdade de imprensa, cassações de mandatos e intervenção nos sindicatos e partidos com o objetivo de eliminar a esquerda que se encontrava na oposição – e recebendo baixos salários. Esse tema é desenvolvido por Pedro Campos, que demonstra que o padrão de acumulação de capital dos empresários que controlam as principais empreiteiras do Brasil se realizou por meio de uma contribuição direta do estado: controlando a classe trabalhadora, eliminando a concorrência e financiando obras por meio de aumento da carga tributária, que passou a onerar ainda mais o consumo ao invés da renda.

134

Segundo Enrique Junior e Eduardo Angeli, após Roberto Campos conhecer e o pensamento de Friedrich Hayek, passou a defender de forma explícita que “uma democracia ilimitada é problemática, e uma ditadura de direita seria mais compatível com uma transição a uma democracia, quando comparada a uma ditadura de esquerda” (2018, p. 2). De igual forma, o caso chileno, a ditadura militar de Augusto Pinochet, permite uma clara harmonização de governo autoritário, de uma ditadura, com a ortodoxia liberal. Pinochet recebeu suporte de Hayek e de outro economista liberal, Milton Friedman, por meio dos economistas formados na Universidade de Chicago (EUA) que ficaram conhecidos como “Chicago Boys” (JUNIOR; ANGELI, 2018, p. 4).

Apesar do pragmatismo, do regionalismo e da diversidade ideológica presente dentro do *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB), o liberalismo econômico foi a ideologia que fundamentou o programa político materializado no documento *Ponte para o Futuro*, de 2015.⁶ Como prática política, em harmonia com o discurso liberal, após assumir o governo federal, depois do afastamento por ocasião do processo de impedimento de Dilma Rousseff em 2016, o emedebista Michel Temer aprovou a emenda constitucional que limitou gastos primários, privilegiando gastos com

6. MDB. **Ponte para o futuro**. Disponível em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018.

despesas financeiras (juros e amortização da dívida pública), e a reforma trabalhista. Mesmo sendo derrotado no seu intento de aprovar a reforma da previdência, houve um esforço efetivo de Michel Temer nesse sentido.

Apesar do fato do presidente Lula ter feito uma reforma da Previdência em 2003, existe uma grande insatisfação no meio patronal com o atual sistema previdenciário. O discurso patronal e da grande mídia afirma que a retomada do crescimento econômico no Brasil depende de uma nova reforma da Previdência. Em 2018, antes das eleições, o diretor titular adjunto do *Departamento de Economia, Competitividade e Tecnologia* da Fiesp, Antônio Carlos Teixeira Álvares, afirmava que “qualquer candidato que for eleito terá de fazer a reforma da Previdência para colaborar com a recuperação econômica, que deve acontecer antes de 2023”.⁷

Depois da *Ponte para o Futuro*, temos *O caminho da prosperidade*, título dado ao programa de governo de Jair Messias Bolsonaro, do *Partido Social Liberal* (PSL), que antes de terminar o segundo mês de governo, em 20 de fevereiro de 2019, apresentou ao Congresso uma proposta de emenda constitucional (PEC) que visa alterar o sistema de previdência, sob a acusação de que existe um grande déficit previdenciário que inviabilizará no futuro o funcionamento da máquina pública. Assim, sob a chefia do ministro da Economia, Paulo Guedes, o governo federal tem a expectativa de que, com o novo texto aprovado, o tesouro deixe de gastar cerca de um trilhão de reais com previdência e seguridade social ao longo de dez anos.⁸ Para onde irá o dinheiro economizado é uma importante questão.

No jogo político, os recursos para patronagem e os cargos na máquina pública, tradicionalmente usados como moeda de troca, não foram suficientes para manter Dilma no cargo. Nesse sentido, para Limongi, a governabilidade não foi alcançada pois a base aliada, incluindo Eduardo Cunha, buscava prioritariamente a “proteção contra a Lava Jato, proteção que o governo não quis ou não pode lhe assegurar” (LIMONGI, 2017:6). Dessa forma, a explicação do impeachment passa, a partir desse ponto de vista, pela explicação da mudança no cálculo estabelecido pelos ‘trânsfugas’, que permitiu a formação do ‘centrão’, nascido da ‘base do governo’, ao passo que a ‘explicação político-ideológica’ seria insuficiente. Para Fernando Limongi, a queda de Dilma não seria produto de uma “reação às políticas sociais progressistas e redistributivas promovidas pelo PT” (LIMONGI, 2017:6).

7. FIESP. **Representantes da cadeia produtiva da construção apresentarão propostas do setor a candidatos.** Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/consic-defende-aprovacao-da-reforma-da-previdencia-por-novos-governantes/>. Acesso em 07/03/2019.

8. CALGARO, Fernanda. **Bolsonaro vai ao Congresso e entrega proposta de reforma da Previdência.** Brasília, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/20/bolsonaro-chega-ao-congresso-para-entregar-proposta-de-reforma-da-previdencia.ghtml>. Acesso em 07/03/2019.

Além desse aspecto policial do processo de impedimento de Dilma, no início do segundo mandato, a opção por incorporar no governo um ministro alinhado com a ortodoxia liberal redundou na realização de uma política de ajuste fiscal e de redução de direitos trabalhistas. Tal prática se chocava com os discursos pronunciados durante a campanha de Dilma Rousseff, que denunciava nessa ocasião o projeto de ataques aos direitos trabalhistas pela oposição liderada pelo PSDB. Depois da vitória, com Joaquim Levy como ministro da Fazenda, em 17 de junho de 2015, a presidente encaminhou a *Medida Provisória 665*, aprovada pelo Senado Federal, sancionada com dois vetos e convertida na Lei 13.134, restringindo direitos trabalhistas como seguro-desemprego, abono salarial e seguro defeso.⁹

A oposição aproveitou a oportunidade para denunciar o fato como estelionato eleitoral e além da crítica da oposição, em 13 de outubro de 2015, no congresso nacional da *Central Única dos Trabalhadores* (CUT), o ex-presidente Lula criticou o ajuste fiscal e disse o seguinte: “nesse momento da história do Brasil, ganhamos a eleição com um discurso e os nossos adversários perderam as eleições, [mas] a impressão que nós passamos para a sociedade é que nós adotamos o discurso que perdeu”. Lula, sem personalizar o ataque, poupando a figura do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, reiterou que os votos da presidenta Dilma foram dados pela “peãozada, pelos trabalhadores organizados”, negando o receituário da ortodoxia liberal, uma vez que “não tem um país no mundo que tenha feito ajuste e melhorado sua economia”.¹⁰

136

Para fazer face à queda da arrecadação provocada pelo crescimento negativo do PIB, em fevereiro de 2015, o governo federal propôs então aumentar os impostos e reduzir os benefícios dados a empresas, que pagavam entre 1% e 2% sobre a receita bruta as quais passariam a pagar de 2,5% a 4,5%.¹¹ Com isso, o governo federal pretendia colocar fim à política de incentivos fiscais iniciada em 2011. Além do problema da crise interna no partido, Dilma passou a ter que enfrentar a classe política e a classe empresarial atuando em uníssono e negando-se a aceitar os aumentos de impostos. A movimentação da sociedade paulistana com reflexos em todo o Brasil teve a *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo* como um dos principais atores políticos. Ainda em 2015, em 12 de dezembro, Paulo Skaf, presidente da Fiesp e também uma importante liderança do PMDB-SP, afirmou que “o empresariado, o mercado e a

9. MANFRINI, Sandra. **Dilma sanciona lei que limita acesso a direitos trabalhistas com dois vetos**. 17 jun. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-sanciona-com-dois-vetos-mp-665--que-limita-acesso-ao-seguro-desemprego,1707938>. Acesso em 05/03/2019.

10. AGOSTINE, Cristiane. **Governo Dilma precisa abandonar imediatamente ajuste fiscal, diz Lula**. São Paulo, 14 out. 2015. Disponível em: www.valor.com.br/politica/4268750/governo-dilma-precisa-abandonar-ajuste-fiscal-imediatamente-diz-lula. Acesso em 03/03/2019.

11. **O ajuste fiscal de Dilma**. 04 fev. 2015. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/infograficos/economia,o-ajuste-fiscal-de-dilma,372254>. Acesso em:02/03/2019.

maioria da sociedade vê com bons olhos uma mudança no cenário político".¹² Nessa mesma ocasião, o presidente do Conselho de Administração da *Cia. Paranaense de Energia*, Fernando Xavier apontava, como estratégia de saída da crise, privatizar o setor elétrico e partes da Petrobrás, o que teria, em sua visão, como consequência a geração de empregos. Para Xavier, o Estado ficaria com a tarefa de planejar, regular e fiscalizar enquanto que "o setor privado é naturalmente o que deve ser responsável por fazer e gerir os empreendimentos".¹³

Em 14 de dezembro de 2015, em reunião conjunta de suas diretorias, a Fiesp¹⁴ e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) passaram a apoiar formalmente o impeachment da presidenta Dilma Roussef. Entrevistas realizadas nas 1.113 indústrias do Estado de São Paulo mostraram que 91,9% dos entrevistados se colocaram a favor do impeachment.¹⁵ Com discurso de ameaça de aumento do desemprego, a saída de Dilma era, para o empresariado paulistano, a chave para garantir melhoras na economia.¹⁶ Em busca desses objetivos, a Fiesp atacou o intervencionismo estatal em diversas ocasiões, seja condenando o uso do BNDES para subsidiar investimento¹⁷, seja classificando o governo como totalmente intervencionista. Paulo Skaf deixou claro o viés ideológico liberal da oposição empreendida pela Fiesp na seguinte entrevista:

Diante do atual cenário da economia, da política e da falta total de confiança que investidores nacionais e estrangeiros e que os consumidores brasileiros têm neste governo totalmente intervencionista, alguma coisa forte precisa acontecer para que o país saia dessa situação, porque a nação brasileira não merece passar por isso. (...) Não se trata de golpe como alguns dizem.¹⁸

137

A campanha *Não Vou Pagar o Pato* que teve início em São Paulo em setembro de 2015, na frente da sede da Fiesp, percorreu cidades do interior paulista e de outros estados, como Brasília (DF), Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba fazendo campanha que usava o famoso exemplo da dona de casa para, didaticamente, reprovar o

12. "Bons olhos" para o impeachment. Coluna Victor Hugo. A Gazeta, 13 dez. 2015.

13. Ibidem.

14. 14 FIESP. **Apoio formal ao processo de impeachment**. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/multimedia/apoio-formal-da-fiesp-ao-processo-de-impeachment/>. Acesso em: 02/03/2019.

15. FIESP. **Fiesp e Ciesp definem apoio ao processo de impeachment**. 14 dez. 2015. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment/>. Acesso em: 02/03/2019.

16. FIESP. **Indústria paulista fecha 19 mil vagas em novembro**. 16 dez. 2015. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/industria-paulista-fecha-19-mil-vagas-em-novembro/>. Acesso em: 05/03/2019.

17. FIESP. **No meio da crise política e econômica, setor de infraestrutura "paga o pato"**. 25 nov. 2015. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/no-meio-da-crise-politica-e-economica-setor-de-infraestrutura-paga-o-pato/>. Acesso em: 03/02/2019.

18. FIESP. **Skaf defende a renúncia de Dilma**. 04 mar. 2016. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/skaf-defende-a-renuncia-de-dilma/>. Acesso em: 02/03/2019.

endividamento do Estado e ressaltar os erros na condução da economia, os quais serviam para o propósito de explicar o atraso nas obras de infraestrutura.¹⁹

Lideranças de partidos como DEM, PSDB, SD e PMDB e empresários deram suporte ao *Movimento Brasil Livre* que foi um dos principais movimentos na mobilização popular contra Dilma Rousseff, além do apoio a outros movimentos como o Vem Pra Rua. Em torno de uma plataforma econômica liberal e conservadora em relação aos costumes, formou-se um grande consenso de setores ligados à direita política que reuniu agronegócio, bancada evangélica e empresários da indústria e do setor de transportes e logística.²⁰ A mobilização social foi articulada por diversos setores, tais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Nacional), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Transporte (CNT), e a Confederação Nacional de Saúde (CNS), que juntos assinaram uma carta, em 19 de agosto de 2015, com os seguintes dizeres:

É preciso que as forças políticas, de diversos matizes, trabalhem para a correção de rumos da nação. É uma tarefa que se inicia pelo Executivo, a quem cabe o maior papel nessa ação, mas exige o forte envolvimento do Congresso, Judiciário e de toda a sociedade. Mudanças, respeitando-se a Constituição, se fazem necessárias. Por um lado, é preciso dar força aos órgãos de investigação e ao Poder Judiciário para que, nos casos de corrupção, inocentes sejam absolvidos e culpados condenados. A corrupção não pode seguir como um empecilho para o desenvolvimento do país. É preciso implementar, de maneira célere e efetiva, medidas para melhorar o ambiente de negócios no país, evitando o crescimento do desemprego ou o prolongamento da recessão. Entre elas, destaca-se a necessidade de ampliação da segurança jurídica no país, com regras claras e cumprimento de contratos e obrigações, evitando que potenciais investimentos sejam perdidos. A nação também precisa ser desburocratizada, facilitando o processo produtivo e garantindo um ambiente de negócios em que o Estado deixe de agir como um freio à expansão econômica.²¹

138

A carta não explicitou claro apoio ao impeachment, mas afirmou a necessidade de mudanças e criticou a “interferência negativa do Estado” em assuntos econômicos.

19. FIESP. “**Tem o que fazer, sim: sair na rua e pedir a renúncia da presidente**”, afirma Skaf em Bauru. 04 mar. 2016. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/tem-o-que-fazer-sim-sair-na-rua-e-pedir-a-renuncia-da-presidente-afirma-skaf-em-bauru/>. Acesso em: 02/03/2019.

20. LOPES, P.; SEGALLA, V. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos **pró-impeachment**. 27 mai. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>. Acesso em: 02/03/2019.

21. AZEVEDO, Reinaldo. **Íntegra da “Carta à Nação”**, assinada pela OAB, CNI, CNT e CNS. Ela não toca no impeachment. 20 ago. 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/integra-da-8220-carta-a-nacao-8221-assinada-pela-oab-cni-cnt-e-cns-ela-nao-toca-no-impeachment/>. Acesso em 02/03/2019.

Dessa forma, vemos que a crítica à forma de condução da economia tornou-se frequente e, em abril de 2016, a CNI foi bem enfática na defesa do impeachment e na acusação de “uma sucessão de erros na política econômica” por parte do governo federal. Nessa carta de 2016, a CNI reiterou o discurso sobre a chamada ‘Reforma do Estado’ dizendo:

Esse quadro negativo é ampliado pela falta de articulação do governo no Congresso, o que cria obstáculos para a aprovação das reformas de que o país necessita. Estamos convencidos de que as discussões sobre o impeachment e sua votação no Congresso resultarão em uma nova fase da política nacional. O governo que emergir desse processo terá de arregimentar apoio, tanto no Parlamento como na sociedade, para liderar novo pacto federativo, restaurar a governabilidade e unir o país. Terá, também, que atuar com espírito público, bem como firmar compromissos com a ética e com a eficiência administrativa. Nessa nova etapa da vida nacional, o governo e o Congresso precisarão de coragem e determinação para adotar medidas duras, mas essenciais para a retomada do desenvolvimento. Entre elas, estão as reformas previdenciária, tributária e administrativa, a recomposição das contas públicas, a modernização das leis trabalhistas e a revisão dos marcos regulatórios.²²

Para tanto, a atuação da Fiesp se articulou com a proposta de diversos movimentos ligados ao setor empresarial, tais como a *Confederação Nacional da Indústria (CNI)*,²³ o *Movimento Brasil Eficiente (MBE)*,²⁴ o *Grupo de Líderes Empresariais*

22. AZEVEDO, Reinaldo. **Confederação Nacional da Indústria desce do muro e apoia o impeachment em carta a deputados.** 14 abr. 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/confederacao-nacional-da-industria-desce-do-muro-e-apoia-o-impeachment-em-carta-a-deputados/>. Acesso em: 02/03/2019.

23. Ibidem.

24. “Somos um movimento sem qualquer vínculo político ou partidário, que trabalha com propostas concretas para alcançar a Simplificação Fiscal e a Gestão Eficiente das Despesas do Governo no Brasil. O sistema tributário brasileiro é um verdadeiro caos. São mais de 50 tributos que dificultam a vida das empresas e do cidadão. E o pior: se não sabemos ao certo quanto gastamos com impostos, como exigir o retorno em serviços públicos de qualidade? Para acabar com esse manicômio tributário, empreendedores e especialistas das áreas econômica, tributária e jurídica se reuniram, em 2010, na Fundação Getúlio Vargas, onde estudaram a estrutura tributária do Brasil e, como solução, criaram o Movimento Brasil Eficiente – MBE. Um movimento apartidário, apoiado pela sociedade, para restaurar a dignidade de todos nós contribuintes e ajudar a criar no Brasil um ambiente favorável ao trabalho, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento.” Disponível em: www.brasileficiente.org.br. Acesso 02/10/2017.

(Lide)²⁵ e o *Movimento Brasil Competitivo (MBC)*.²⁶ No debate realizado, os decretos de suplementação orçamentária, as chamadas “pedaladas fiscais”, desembocou na criminalização do déficit público de uma maneira ampla. O foco do movimento estava, portanto, na proposta de “reforma do Estado”, entendida como a reestruturação do Estado a partir da ideologia liberal.

Nesse contexto histórico, o termo reforma adquire uma conotação avessa àquela comumente utilizada ao longo do século XX, quando o termo ‘reforma’ se relacionava, de modo orgânico, com as lutas dos subalternos, as lutas sociais de caráter progressista que buscavam alterar o ordenamento jurídico inscrevendo nele direitos sociais, proteção estatal contra os defensores do livre-mercado, ideologia hegemônica na virada do século XIX para o século XX. Conforme a crítica de Carlos Nelson Coutinho, observamos que na atualidade o sentido se altera:

O neoliberalismo busca utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de “reforma”. É por isso que medidas por ele propostas e implementadas são mistificadamente apresentadas como ‘reformas’, isto é, como algo progressista em face do ‘estatismo’, que, tanto em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenada à lixeira da história. Desta maneira, estamos diante da tentativa de modificar o significado da palavra ‘reforma’: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem-sucedida (COUTINHO, 2010:35).

140

A reformulação do Estado brasileiro, segundo a ótica liberal, segue seu curso com

25. “O LIDE – Grupo de Líderes Empresariais é uma organização de caráter privado que reúne empresários em diversos países e debate o fortalecimento da livre iniciativa do desenvolvimento econômico e social, assim como a defesa dos princípios éticos de governança corporativa no setor público e privado. Fundado no Brasil, em 2003, o LIDE é formado por líderes empresariais de corporações nacionais e internacionais, se preocupa em sensibilizar o empresariado para a importância de seu papel na construção de uma sociedade ética, desenvolvida e consciente. Atualmente, o grupo conta com 32 unidades regionais e internacionais e 26 frentes de atuação.” Disponível em: <https://www.lideglobal.com/>. Acesso 02/10/2017.

26. O MBC estabeleceu alguns critérios para caracterizar um Estado reformado, entre eles temos: “é menos intervencionista: capaz de regular sem ser invasivo; tem o tamanho necessário para prestar serviços essenciais ao estado.” Para alcançar os seus objetivos o MBC criou o Pacto pela Reforma do Estado que “representa a coalizão público-privada que tem a missão de propor uma agenda de transformações compartilhadas entre União e estados e oferecer respostas rápidas para as demandas atuais da sociedade. Lançado em setembro de 2015, o Pacto pela Reforma do Estado reúne empresários, especialistas, 19 governadores e está de portas abertas a novas adesões. Desde a criação, o Pacto realizou 16 reuniões de trabalho, com 19 governos estaduais e mais de 80 profissionais. A construção do modelo de Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual foi um dos resultados. O projeto de lei já aprovado em 2015 no Rio Grande do Sul, foi encaminhado para as Assembleias Legislativas de Goiás e do Rio de Janeiro. Em 2016, foi criada a Comissão Especial destinada a analisar, estudar e formular propostas relacionadas à reforma do Estado.” Disponível em: <http://www.mbc.org.br/portal/pacto-reforma-estado/>. Acesso 02/10/2017.

a eleição de Bolsonaro, defendido pelos 'guardiões' do pensamento de Mises no Brasil, como podemos ver na fala do presidente do *Instituto Mises Brasil*:

Antes consideradas inviáveis no país, as ideias liberais são agora tidas como aceitáveis, diz o investidor Helio Beltrão. "Já é um avanço. Daqui a pouco serão vistas como bastante razoáveis", comenta ele, aos risos. Presidente do Instituto Mises Brasil, Beltrão avalia que a vitória de Jair Bolsonaro (PSL) sinaliza o início de um processo de mudança de rumo no país. Bolsonaro, afirma, foi genial ao identificar, de forma mais acurada que os demais candidatos, o sentimento de revolta da população e o desejo de retorno aos valores conservadores.²⁷

4. Considerações finais

A reforma do Estado pleiteada pelo setor patronal brasileiro possui a seu favor atores políticos que ganharam grande notoriedade após as 'jornadas de junho de 2013'. Entre eles estão as lideranças do *Movimento Brasil Livre* (MBL) que, contando com financiamento de empresários e políticos, atraiu a atenção de uma grande parcela da sociedade brasileira e foi muito importante tanto na organização de protestos contra Dilma Rousseff como na defesa do liberalismo econômico. A agenda liberal tornou-se fundamento teórico das políticas públicas de Michel Temer e foi um importante elemento da adesão do 'mercado' à campanha de Jair Bolsonaro, que era visto como defensor do nacional-estatismo da Ditadura Militar (1964-1985). A revista especializada em economia *Isto É Dinheiro* apresenta seu otimismo com a perspectiva de vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018 e assevera que "o mercado comprou Bolsonaro":

141

Com 46,03% dos votos no primeiro turno, o candidato do PSL larga na frente para a próxima etapa – ele só perdeu na região Nordeste e no Pará. Sua candidatura empolga o mercado porque tem por trás dela uma agenda liberal traçada pelo guru econômico Paulo Guedes, com um plano de privatizações amplo e medidas para reduzir o peso do Estado. "O mercado entende que uma vitória de Bolsonaro representa a agenda de reformas", afirma o economista-chefe do Banco Votorantim, Roberto Padovani. "A agenda dele tem a capacidade de manter a trajetória de recuperação econômica." Padovani também destaca a mensagem das urnas sobre o Congresso, em que a renovação sugere um desejo de mudança da população, o que poderia ser canalizado pelo novo presidente num esforço conjunto para resolver o problema fiscal.²⁸

O MBL, cujas lideranças apareceram no cenário político como movimento

27. ALMEIDA, M. R. **Antes consideradas inviáveis, ideias liberais são agora aceitas, diz presidente do Instituto Mises.** 31 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/antes-consideradas-inviaveis-ideias-liberais-agora-sao-aceitas-diz-presidente-do-instituto-mises.shtml>. Acesso em 10/03/2019.

28. ISTO É DINHEIRO. **O mercado comprou Bolsonaro.** Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/o-mercado-comprou-bolsonaro/>. Acesso em 10/03/2019.

apartidário, logo criou raízes partidárias e lançou candidatos para Assembleias Legislativas e para o Congresso Nacional. Sua visão liberal e apreciação do pensamento de Ludwig von Mises é ilustrada abaixo em postagem que traz a errônea informação que ele foi Nobel de Economia.

Figura 2 – Avaliação do liberalismo de Mises pelo MBL no Brasil



142

Fonte: Página do MBL no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/um-dos-mais-no-t%C3%A1veis-economistas-e-fil%C3%B3sofos-do-s%C3%A9culo-xx-ludwig-von-mises-no-cu/612135872243893/>. Acesso em 09/03/2019.

Com mais de 3 milhões de seguidores, o MBL rapidamente tornou-se uma grande força política comprometida com o pensamento liberal-conservador. Tanto no âmbito da sociedade civil quanto na esfera estatal a agenda liberal unifica diversos partidos e atores políticos em prol das 'Reformas do Estado', entendidas a partir de pressupostos liberais que, mesmo que não materializem o ideal de uma sociedade de mercado da Escola Austríaca, segue essa linha de argumentação e a mesma a crítica ao socialismo e ao marxismo. O flerte do liberalismo econômico e dos intelectuais filiados a essa corrente de pensamento com o pensamento autoritário e com figuras políticas que desprezam o governo representativo, a liberdade de pensamento, de expressão e de imprensa repete-se mais uma vez na história. Da mesma forma que no século XX, as heranças fascistas de Jair Bolsonaro unem-se ao liberalismo econômico de seu ministro da economia, Paulo Guedes, e dos 'chicago boys' que garantem a "coesão ideológica" da equipe econômica do presidente que afirmou que "Democracia e liberdade

só existem quando as Forças Armadas querem”.²⁹

Referências Bibliográficas

- BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- COUTINHO, Carlos N. A hegemonia da pequena política. In: BRAGA, R.; OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- HAYEK, F. A. **Por que não sou conservador**. S/D. Disponível em: <http://www.ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>, acesso em 02/03/2019.
- KIRK, Russell. **Uma avaliação imparcial dos libertários**. Disponível em: <https://portalconservador.com/avaliando-os-libertarios/>. Acesso em 03/03/2019.
- JUNIOR, Henrique N.; ANGELI, Eduardo. **Hayek, Campos e a defesa do autoritarismo**. 2018. Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2018/submissao/files_l/i1-fb4e88bfd13c3a619a7f5652544e118f.pdf. Acesso em: 03/03/2019.
- MISES, Ludwig von. **Ação Humana**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010a.
- _____. **Liberalismo: segundo a Tradição Clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010b.
- _____. **Teoria e História**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014.
- PAXTON, R. **Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- SANTOS, José Rodrigues dos. **Fascismo, uma ideologia de esquerda originada do marxismo**. 04 jul 2016. <http://www.ilisp.org/artigos/fascismo-uma-ideologia-de-esquerda-originada-do-marxismo/>. Acesso em 07/03/2019.

29. ROUVENAT, F. **Democracia e liberdade só existem quando as Forças Armadas querem, diz Bolsonaro a militares no RJ**. Rio de Janeiro, 07 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/07/democracia-e-liberdade-so-existem-se-as-forcas-armadas-quiserem-diz-bolsonaro-a-militares-no-rj.ghtml>, acesso em 11/03/2019.